



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682402 - AL (2021/0232661-2)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : PAULO JORGE MOREIRA CABRAL FILHO
ADVOGADO : PAULO JORGE MOREIRA CABRAL FILHO - AL014176
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
PACIENTE : J M DA S (PRESO)
CORRÉU : M R DE A
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de J M DA S em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (HC n. 0801268-30.2020.8.02.0000).

A paciente foi presa em 12 de fevereiro de 2020, após cumprimento de mandado de prisão temporária, pela suposta prática dos crimes de estupro de vulnerável e de fornecimento de bebida alcoólica a adolescente. Posteriormente, a prisão temporária foi convertida, de ofício, em prisão preventiva.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi parcialmente concedida para substituir a prisão preventiva pela domiciliar.

O impetrante sustenta que haveria ilegalidade no acórdão ora impugnado, em razão da fixação de medidas cautelares, de ofício, em desfavor da paciente.

Afirma que no HC n. 601.283/AL esta Corte teria concedido a ordem ao corréu para suspender os efeitos da conversão do flagrante em prisão preventiva, assegurando-lhe o direito de responder em liberdade ao processo.

Requer, liminarmente, a extensão dos efeitos da ordem concedida ao corréu no HC n. 601.283/AL.

No mérito, pugna pela confirmação da liminar para cassar as medidas cautelares impostas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas,

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois o relator, na origem, consignou que (e-STJ fl. 37):

"Compulsando os autos originários nº 0700064-25.2020.8.02.0005, verifica-se que o crime praticado, em tese, pela paciente, em coautoria, é de extrema gravidade (estupro de vulnerável), de modo que é plenamente justificável a imposição das medidas cautelares como forma de resguardar a integridade física da vítima e seus familiares que, conforme consignado na decisão que decretou a prisão

temporária, passaram a não mais residir na comarca com receio dos acusados.

Por outro lado, observa-se a inexistência de notícia de descumprimento das medidas cautelares impostas, de modo que não se vislumbra nenhuma inovação na situação da paciente.

Logo, concedo parcialmente a Ordem, sob os mesmos fundamentos que alicerçaram a decisão liminar".

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência